

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO – UFMA
CAMPUS DE SÃO BERNARDO
LICENCIATURA EM LINGUAGENS E CÓDIGOS – LÍNGUA PORTUGUESA

KELLY CRISTINA DA SILVA GARCIA

**LEI 11.645/08, COM ÊNFASE NA HISTÓRIA E CULTURA AFRO-
BRASILEIRA: UM CONFRONTO ENTRE DISCURSO E REALIDADE EM
UMA ESCOLA PÚBLICA DE SÃO BERNARDO-MA**

SÃO BERNARDO-MA

2018

KELLY CRISTINA DA SILVA GARCIA

**LEI 11.645/08, COM ÊNFASE NA HISTÓRIA E CULTURA AFRO-
BRASILEIRA: UM CONFRONTO ENTRE DISCURSO E REALIDADE EM
UMA ESCOLA PÚBLICA DE SÃO BERNARDO-MA**

Trabalho de conclusão de graduação, apresentado à
Universidade Federal do Maranhão - UFMA, como
requisito parcial para obtenção de grau em
Licenciatura em Linguagens e Códigos.

Orientador: Prof. Me. Charlyan de Sousa Lima

SÃO BERNARDO-MA

2018

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Núcleo Integrado de Bibliotecas/UFMA

Garcia, Kelly Cristina da Silva.

Lei 11.645/08, com ênfase na história e cultura afro-brasileira

: um confronto entre o discurso e realidade em uma escola municipal de São Bernardo-MA / Kelly Cristina da Silva Garcia. - 2018.

41 f.

Orientador(a): Charlyan de Sousa Lima.

Monografia (Graduação) - Curso de Linguagens e Códigos - Língua Portuguesa, Universidade Federal do Maranhão, São Bernardo-MA, 2018.

1. Ensino. 2. Escola. 3. Etnias. 4. Sociedade. I.

Lima, Charlyan de Sousa. II. Título.

KELLY CRISTINA DA SILVA GARCIA

**LEI 11.645/08, COM ÊNFASE NA HISTÓRIA E CULTURA AFRO-
BRASILEIRA: UM CONFRONTO ENTRE DISCURSO E REALIDADE EM
UMA ESCOLA PÚBLICA DE SÃO BERNARDO-MA**

Trabalho de conclusão de graduação apresentado
à Universidade Federal do Maranhão, como
requisito parcial para obtenção de grau em
Licenciatura em Linguagens e Códigos.

Orientador: Prof. Me. Charlyan de Sousa Lima

Aprovado em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Me. Charlyan de Sousa Lima – UFMA (Orientador)
Doutorando em Ciências: Ambiente e Desenvolvimento

Prof. Me. Adelson Cheibel Simões – UFMA
Mestre em Filosofia

Prof^a. Me. Claudia Letícia Goncalves Moraes – UFMA
Mestra em Cultura e Sociedade

*Dedico este trabalho, primeiramente a Deus, por estar sempre ao meu lado.
A minha mãe, minha irmã e toda minha família que,
com muito carinho e apoio não mediram esforços para que eu chegasse até esta etapa
de minha vida.*

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus e a São Bernardo, por me fortalecer, me sustenta em todas as horas, sobretudo nas mais difíceis.

A minha família, especialmente a minha mãe, Maria Lucia da Silva Garcia, a quem devo eterna gratidão por ter me criado e ensinado a seguir o caminho certo. Sendo sempre essa pessoa honesta, trabalhadora e guerreira.

Aos professores que durante essa caminhada contribuíram para minha formação acadêmica.

E, em especial ao meu Orientador Prof. Me. Charlyan de Sousa Lima, a quem sou eternamente grata pela colaboração nesta pesquisa, possuindo papel fundamental neste trabalho. Obrigada pelas orientações, disposição e sabedoria.

Aos meus amigos e companheiros de turma, à eterna turma de 2013 de Linguagem e Códigos: foram quatro anos de convívio e muitos momentos juntos, sentirei saudades e me lembrarei de cada um.

Sou grata a todos que contribuíram direta ou indiretamente em minha formação acadêmica!

RESUMO

Os povos afrodescendentes são ainda alvos de preconceitos e discriminações em muitos espaços sociais e políticos. Objetivou-se com esse estudo conhecer as práticas pedagógicas relacionadas à implementação do ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana e analisar quais os problemas mais comuns encontrados no âmbito escolar no que tange à aplicabilidade da lei 11.645/08. Este trabalho consiste em uma pesquisa qualitativa, realizada em uma escola pública de São Bernardo-MA, constituída inicialmente por fundamentação teórica, seguida de aplicação de questionário direcionado a professores e alunos, e análise de conteúdo das entrevistas (alunos) com uso do *software* IRAMUTEQ. Observou-se que a temática é discutida frequentemente na escola, no entanto, precisa ser trabalhada de forma mais sistemática e pontual para promover a sensibilização sobre esta abordagem, não somente em datas comemorativas, mas que reflita em mudança de comportamento, no que se refere ao combate a todas as formas de preconceito. Conclui-se que as práticas pedagógicas relacionadas à implementação do ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, ainda devem ser aprimoradas para que provoquem efeitos significativos na sociedade, assim é fundamental que desde o planejamento escolar, se priorize esta temática, com intuito de dinamizar o processo de ensino, e assegurar uma formação embasada no respeito as diferenças culturais.

Palavras-chaves: Ensino. Escola. Etnias. Sociedade.

ABSTRACT

Afro-descendant peoples are still targets of prejudice and discrimination in many social and political spaces. The objective was to know the pedagogical practices related to the implementation of the teaching of Afro-Brazilian and African History and Culture, and to analyze what are the most common problems encountered in the school environment with regard to the applicability of Law 11.645 / 08. This work consists of a qualitative research, carried out in a public school in São Bernardo-MA, initially constituted by theoretical foundation, followed by a questionnaire directed to teachers and students, and content analysis of the interviews (students) using IRAMUTEQ *software*. It was observed that the theme is often discussed at school, however, it needs to be worked out in a more systematic and timely way to raise awareness about this approach, not only on commemorative dates, but also to reflect behavior change, refers to the fight against all forms of prejudice. It is concluded that the pedagogical practices related to the implementation of the teaching of Afro-Brazilian and African History and Culture, still have to be improved so that they have significant effects in society, so it is fundamental that since school planning, prioritize this theme, with in order to stimulate the teaching process, and to ensure a formation based on respect for cultural differences.

Keywords: Teaching. School. Ethnic groups. Society.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	9
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	14
2.1. Contexto Educacional das Leis 10.639/2003 e 11.645/2008.....	14
2.2 Reflexões sobre os conceitos de Cultura e Etnia na Formação de Professores	17
2.3 As ponderações voltadas para o espaço pedagógico como perspectiva para a concretização dos trabalhos da cultura afro-brasileira nas escolas.....	19
3. METODOLOGIA	23
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	24
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	28
REFERÊNCIAS.....	31
ANEXOS.....	34
APÊNDICES	37

1. INTRODUÇÃO

Passados cinco séculos, os padrões europeu/eurocêntrico impregnados na sociedade brasileira ainda são bem ressaltados e considerados como modelos exemplares, ofuscando os povos indígenas e afrodescendentes, sendo que estes dois últimos povos são uma grande maioria no Brasil, permanecendo como ainda alvos de preconceitos e discriminação em todos os espaços sociais e políticos.

O ambiente escolar, assim como outros espaços, não se isentou destas ações discriminatórias perante dos índios e negros, apesar de se tentar transparecer uma adequação diferente do remanescente meio social da sociedade, assim o governo promulgou a lei 10.639 em 2003 que segundo o documento oficial:

(...) altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afrobrasileira” e dá outras providências. (BRASIL, 2006).

A partir da publicação da lei 10.639/03 esperou-se que a escola “com a aprovação da Lei 10.639, é obrigatório o ensino de história da África e da cultura afro-brasileira em todas as escolas de Ensino Fundamental e Médio” (BENCINI, 2004, p. 48), recomendando o ensino de História e Cultura Africana e Afro-Brasileira, em seguida houve a publicação da lei 11.645 em 2008, contemplando a primeira, agregando a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Indígena.

Com a promulgação da lei 11.645/08, entretanto, não se tem uma garantia de que acontecera uma efetivação das obrigatoriedades nos âmbitos da grade curricular das escolas brasileiras. Tendo, então, uma necessidade de busca de novos meios para que os conhecimentos sobre História e Cultura Africana e Afro-brasileira e Indígena cheguem às salas de aulas.

Ter a visão de que a escola tem que estar inserida na cultura social de como um todo da sociedade é fundamental para que se compreenda que o âmbito sociocultural do aluno estar diretamente ligado ao espaço escolar, como uma via de mão dupla.

É evidente que a implementação da lei 10639/03 trouxe muitos benefícios no que diz respeito ao tratamento dado as questões étnicas, onde principalmente os negros eram tratados como “seres inferiores” e passíveis de dominação, justificando assim o sistema escravista que por séculos sustentou a economia do Brasil. Também é notória a importância que o estudo e as discussões em sala de aula a respeito da História Africana possuem nos dias atuais. Porém,

todas essas preocupações devem estar acompanhadas de um conhecimento a respeito das diversas culturas que formam o país. Como é ressaltado por Souza:

No meu entender, ao tratarmos de assuntos africanos em geral e História da África em particular, devemos partir do princípio de que temos pouca, ou mesmo nenhuma familiaridade com os temas relativos ao continente africano. Dessa forma, o estudo e a pesquisa são requisitos fundamentais para adquirirmos essa familiaridade e aprofundar o estudo sobre a África. (SOUZA, 2012, p. 23).

É nesse contexto que em muitas escolas brasileiras, tanto de ensino fundamental quanto médio, a lei 11.645/08 não é muitas vezes aplicada, pois há um “despreparo” de alguns professores sobre o assunto, ou existe uma falta de interesse da própria escola em levar adiante o tema, voltando-se apenas para comemorações de datas como o dia da “Consciência Negra” ou “13 de Maio”, não refletindo sobre o real significado destas datas, perdendo-se, assim, a oportunidade de instigar os alunos sobre o tema.

Uma das causas de não haver uma maior aplicação da lei é a questão da formação de professores, pois a maioria não teve durante a sua graduação disciplinas que lhes proporcionassem conhecimentos sobre História Africana, então se faz necessário, a formação continuada destes docentes, e a devida valorização dos mesmos para a aplicabilidade da lei 11.645/08, pois assim estes profissionais poderão disponibilizar aos seus alunos um ensino comprometido com a ética e a valorização das diversas culturas que formam a sociedade brasileira.

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana:

O sucesso das políticas públicas de Estado, institucionais e pedagógicas, visando a reparações, reconhecimento e valorização da identidade, da cultura e da história dos negros depende necessariamente de condições físicas, materiais, intelectuais e afetivas favoráveis para o ensino e para aprendizagens; em outras palavras, todos os alunos negros e não negros, bem como seus professores, precisam sentir-se valorizados e apoiados. (BRASIL, 2007, p. 29).

Percebe-se que está inserido nas políticas educacionais a preocupação com alunos e professores para um melhor aproveitamento dos conteúdos a serem trabalhados. Realmente, em algumas escolas tem-se observado mudanças, porém, são mínimas se comparadas com a realidade escolar. Observam-se esforços isolados de alguns professores ao incluírem nas atividades pedagógicas assuntos que valorizam o conhecimento de História da África junto aos alunos e a escola. No entanto, muitas vezes a própria instituição não está engajada para promover o ensino voltado para a diminuição das desigualdades étnico-raciais.

Os embates históricos que tentaram explicitar as finalidades da educação formal – intencional sistemática e realizada no espaço escolar (SANTOS, 2001) – trazem duas abordagens principais: a primeira percebida como meio para a transformação social, a segunda como forma de reprodução das estruturas de poder. Conforme Gadotti (2008), essas percepções surgem de forma descontínua: os movimentos da prática e do pensamento pedagógicos não se dão como um progresso linear, em que ideias antigas são superadas e substituídas pelas novas.

Essa aprovação, fruto de longa história de lutas pelo reconhecimento e pela reparação das desigualdades entre populações brancas e negras no Brasil, é vista como marco do avanço no tratamento da questão do ponto de vista governamental e legal, já que “declarar direitos é um recurso político-pedagógico que expressa um modo de conceber as relações sociais dentro de um país” (Cury, 2000, p.32). Como afirma Candau:

Hoje esta consciência do caráter homogeneizador e monocultural da escola é cada vez mais forte, assim como a consciência da necessidade de romper com esta e construir práticas educativas em que a questão da diferença e do multiculturalismo se façam cada vez mais presentes. (CANDAU, 2008, p. 15).

Nessa perspectiva observa-se que o campo do currículo está carregado de diversos tipos de significados e diversos tipos de representação indenitária. O currículo, portanto, pode representar a identidade de um grupo de forma positiva ou de forma negativa. Todavia, os livros didáticos podem conter narrativas sob o padrão branco, cristão, heterossexual, significando “o melhor”, “o bom”, “o correto”, contradizendo outros padrões excluídos das narrativas dos livros didáticos como raça, religião de matriz afro-brasileira e orientação sexual. Contudo, cabe afirmar que estas categorias, quando muito representadas nas narrativas dos livros didáticos, são de forma estereotipada gerando a falsa identidade e o falso reconhecimento.

A escola tem um papel de construção do cidadão, não somente a preparação do aluno para o mercado de trabalho, como acontece nas instituições de ensino do Brasil. Por isso é fundamental que o governo assuma sempre uma postura firme e coerente, como por exemplo, quanto a sua reação com a elaboração e aplicação das reformas curriculares implantadas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LBD (Lei 9394/96), bem como os segmentos aderidos nos Parâmetros Curriculares Nacionais-PCN para o ensino médio, levando a entender que as atividades escolares buscam reações que priorizam a formação do indivíduo para o mercado trabalho (BRASIL, 1999).

A educação no ensino fundamental deve permitir aos alunos e professores não só questionar essa invisibilidade, mas propor políticas capazes de projetar um “novo indivíduo negro, cuja presença e preocupação presente busquem ressignificar a história brasileira e, dentro dela, o negro que traça outro rumo: eis o negro na história, nossa história” (FONSECA, 2006, p. 146).

Esse reconhecimento por parte dos jovens é de fundamental importância para o desenvolvimento de sentimento de pertencimento à sua realidade, à sua comunidade, à sua etnia e cultura, como forma de estabelecer com o meio social em que vive uma relação de harmonia, respeito, reconhecimento e valorização pessoal.

É importante destacar que a atuação destes alunos como cidadãos não se restringe às práticas cotidianas na escola, mas as diversas realidades que compõem a vida dos discentes: círculos sociais, costumes locais e regionais, representações, política, mídia, redes sociais, acesso à informação e à tecnologia. Por isso Libâneo ratifica essa ideia:

A educação – ou seja, a prática educativa – é um fenômeno social e universal, sendo uma atividade humana necessária à existência e funcionamento de todas as sociedades. Cada sociedade precisa cuidar da formação dos indivíduos, auxiliar no desenvolvimento de suas capacidades físicas e espirituais, prepará-los para a participação ativa e transformadora nas várias instâncias da vida social. Não há sociedade sem prática educativa nem prática educativa sem sociedade. A prática educativa não é apenas uma exigência da vida em sociedade, mas também o processo de prover os indivíduos dos conhecimentos e experiências culturais que os tornam aptos a atuar no meio social e a transformá-lo em função de necessidade econômicas, sociais e políticas da coletividade. (LIBÂNEO, 1992, p. 16-17).

Cabe, portanto, à escola assumir este papel de formação de jovens em um contexto multicultural, multiétnico, ou seja: “[...] encontrar-se diante da hipótese de uma pluralidade de culturas, isto é, de sistemas de referência e de significados heterogêneos entre si” (CERTEAU, 1995, p. 142).

A escola precisa se situar em um ambiente democrático, reforçando uma visão igualitária de todos como cidadãos partícipes dos processos históricos, sociais e econômicos, não só atualmente, mas em todo o desenvolvimento histórico brasileiro, pois segundo FONSECA, (2003, p. 34) “tornou-se impossível, no mundo contemporâneo, continuar vendo a escola como um simples veículo ou reflexo de uma cultura dominante e una”.

O problema que se apresentou como preocupação inicial foi a observação da não aplicabilidade da lei 10.639/03, existente há quase 8 anos, e da lei 11.645/08 nas escolas, como também a falta de formação continuada que se aplica ao tema. Logo, questionamentos referentes às práticas pedagógicas efetivadas (ou não), ao currículo escolar e a formação de professores foram levantados. A pesquisa justifica-se pela necessidade em levantar

informações relevantes junto a escolas e educadores no intuito de orientar às práticas pedagógicas que se requer, não só no tocante ao atendimento à legislação educacional em vigor, mas em conceber um ensino que propicie a desconstrução de estereótipos e pré-conceitos construídos e perpetuados no imaginário popular em relação aos povos africanos e afro-brasileiros.

Esta pesquisa tem como objetivo conhecer as práticas pedagógicas relacionadas à implementação do ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana e analisar quais os problemas mais comuns encontrados no âmbito escolar no que tange à aplicabilidade da lei 11.645/08, bem como configurar as dificuldades ou facilidades encontradas pelos educadores para ensinar a história em questão.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1. Contexto Educacional das Leis 10.639/2003 e 11.645/2008

A Lei 10.639/03 propõe novas diretrizes curriculares para o estudo da história e cultura afro-brasileira e africana. Por exemplo, os professores devem ressaltar em sala de aula a cultura afro-brasileira como constituinte e formadora da sociedade brasileira, na qual os negros são considerados como sujeitos históricos, valorizando-se o pensamento de importantes intelectuais negros brasileiros na cultura (música, culinária, dança) e sua repercussão na constituição da cidadania brasileira.

Com a Lei 10.639/03 também foi instituído no dia Nacional da Consciência Negra (20 de novembro), em homenagem ao dia da morte do líder quilombola negro Zumbi dos Palmares. O dia da consciência negra é marcado pela luta contra o preconceito racial no Brasil.

Essa Lei altera alguns elementos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática, “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências.

Art. 1º. A Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 26-A 79-A e 79-B: "Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e políticas pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileira. (LOPES, 2004, p. 28).

Essa lei foi sancionada pelo então Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, em 09 de Janeiro de 2003. Depois, em março de 2008, a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-brasileira, foi modificada pela lei 11.645/08 que acrescenta à temática: cultura dos povos indígenas.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) são documentos oficiais que orientam o sistema educacional no país. É a

partir deles que são elaborados os planejamentos de ensino nas escolas e os critérios de avaliação de livros Didáticos pelo Programa Nacional de Livros didáticos (PNLD).

Considerando que a escola é um dos principais espaços para refletir, ensinar e aprender sobre as diferentes etnias que formam a variedade de culturas de norte a sul do país, é tanto a música, dança, culinária, fala, literatura, forma de vestir, costumes e tantos outros aspectos que tornam o povo brasileiro tão diverso. Por isso, é de extrema relevância que os textos selecionados para o ensino de língua portuguesa, independente da série, explorem temáticas que possibilitem a discussão acerca da origem e da influência de povos como os negros e os índios na construção do país.

O termo raça usado nesse contexto, segundo Petronilha Beatriz Silva (BRASIL, 2004) tem uma conotação política e é utilizado com frequência nas relações sociais brasileiras, para informar como determinadas características físicas, como cor da pele, tipo de cabelo, entre outras, influenciam, interferem e até mesmo determina o destino e o lugar social dos sujeitos no interior da sociedade brasileira.

A primeira alteração acima referida indicou a inclusão obrigatória no currículo oficial da Rede de Ensino da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, no ano de 2003 e gerou também uma série de ações do governo brasileiro para sua implementação. Nesse sentido, em 2004 o Conselho Nacional de Educação instituiu as Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, através de Resolução CNE/CP nº 1/2004 que detalha os direitos e obrigações dos órgãos federativos frente à implementação da Lei nº 10.639/03 e justifica a necessidade do ensino da história afro-brasileira e africana pela comprovada existência de desigualdades atestadas em estudos publicados, produzidos por órgãos oficiais, bem como por pesquisadores na área de educação, afirmando haver razões históricas e sociais suficientes para que as diretrizes indiquem ações efetivas em todas as instâncias do sistema educacional.

A segunda alteração acrescenta à obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira, o ensino da história e cultura indígena, como grupos étnicos que compõe a formação da sociedade nacional. Essas transformações implicam em ações que viabilizem a implementação e efetivação dessas alterações no currículo escolar, mais especificamente no âmbito do ensino de história e literatura brasileira e educação artística.

Considera-se que as Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, não apenas como instrumentos de orientação para o combate à discriminação, mas também como leis

afirmativas, que reconhecem a escola como lugar de formar cidadãos, e afirmam sua relevância em promover a valorização das matrizes culturais brasileiras.

As leis são instrumentos que orientam as instituições educacionais quanto a suas atribuições. A considerar que a adoção ainda não se universalizou no sistema brasileiro de ensino, há a necessidade de fortalecer e institucionalizar essas orientações. Assim, faz-se necessária uma operacionalização colaborativa para a implementação das Leis nº 10.639/03 e nº 11.645/08, pois como argumenta Reis (2009, p. 60). “a existência de leis e políticas de ação afirmativa não basta para desenvolver atitudes e hábitos que garantam a construção do respeito às diferenças. Aquele só será alcançado se houver predisposição, por parte da sociedade, para provocar mudanças”.

A obrigatoriedade, não significa a implementação e a efetivação, pois há nesse processo elementos complexos que incidem sobre a viabilidade das transformações necessárias com a criação da lei, como a formação do professor de qualidade, a existência de material didático, a estrutura das escolas da rede pública e privada de ensino, a assessoria pedagógica disponibilizada pelas redes, etc. Segundo Bobbio, a existência de um direito seja em sentido forte ou fraco, implica sempre a existência de um sistema normativo, onde por excelência deve entender-se tanto o mero fator exterior de um direito histórico ou vigente quanto o reconhecimento de um conjunto de normas como guia da própria ação. A figura do direito tem como correlato a figura da obrigação. (BOBBIO *apud* CURY, 2002, p. 246).

Conforme argumenta Cury (2002), um direito, para que seja reconhecido, é necessário que seja garantido, e para isso, a primeira garantia necessária é a sua inscrição na lei de caráter nacional. Um direito alcançado, ou não, é considerado em qualquer circunstância como sinônimo de luta, pois para alcançá-lo é preciso lutar e para que possuem diferentes significados para os grupos que se encontram engajados em determinado objetivo.

Os professores e as professoras que se posicionam criticamente em relação ao conceito de gênero, raça e etnia podem instituir discursivamente uma “vontade de verdade” de um grupo social, para utilizar a expressão de Foucault (2002). Mobilizar uma ação contra os padrões e os processos de exclusões instituídos é um grande passo para implantação de uma diversidade cultural, pois as diferenças são socialmente construídas e estão envolvidas com as relações de poder.

Ao tratar a questão da diversidade cultural, Anete Abramowicz (2006) diz que todo o brasileiro vive uma situação no mínimo, inusitada. De um lado, há o discurso de que nós somos um povo único, fruto de um intenso processo de miscigenação e mestiçagem, que gerou uma nação singular com indivíduos culturalmente diversificados. De outro, vivenciamos em nossas relações cotidianas inúmeras práticas preconceituosas,

discriminatórias e racistas em relação a alguns segmentos da população, como as mulheres os indígenas e os afro-descendentes. Os estudos de Ana Célia da Silva (2005) mostram que apesar da diversidade cultural registrada nos documentos oficiais, os bancos escolares são frequentados por alunos de diferentes origens étnico-raciais.

2.2 Reflexões sobre os conceitos de Cultura e Etnia na Formação de Professores

A problemática cultural requer refletir ideias, elementos, que constituem o processo de aprendizagem, assim como as bases determinantes que propiciam desenrolar da aprendizagem no contexto escolar. Portanto é necessário relacionar o indivíduo enquanto ser em desenvolvimento, considerando o meio como promotor de aprendizagem.

Para analisar tal processo partiu-se do pressuposto Vygotskyano que considera a linguagem processo de abstração e generalização que liberta o pensamento do contexto perceptual imediato, tornando o indivíduo capaz de fazer uso de suas funções psicológicas, reorganizando a sua atividade consciente (VYGOTSKY, 1930).

Analisando através de um conceito mais amplo para Vygotsky (2000, *apud* LIBÂNEO, 2012), a construção da personalidade e a cultura estão intimamente ligadas, pois é através dela que se dá a identidade pessoal que é intrínseca de todo ser humano, pois a relação humana e os signos culturais fazem parte de todo processo de desenvolvimento pessoal. Outro conceito interessante na visão de Vygotsky (2002) é que a experiência de gerações anteriores faz com que as pessoas consigam realizar suas atividades presentes com êxito e credibilidade, pois o contexto cultural viabiliza aprendizagem, pois o aluno faz um paralelo de sua vivência cultural com o conhecimento científico.

O que se quer provar através dessa pesquisa é que cultura e aprendizagem estão atreladas e que contribuem de forma significativa na concepção do conhecimento. Corroborando com Vygotsky, Hedegaard (1996) defende com ênfase que a trajetória histórica dos alunos contribui de forma significativa para a capacidade de análise e interpretação e compreensão do seu mundo natural e social.

O indivíduo se desenvolve através da cultura nas inter-relações sociais. Sendo assim a aprendizagem passa primeiro pelo social para depois tornar-se individual. Isso faz com que se tome consciência do ser humano que se forma e é de relevância para sua formação pessoal, cultural e social. Portanto, como aponta Libâneo (2012), a cultura não pode estar desvinculada

da prática educacional, pois auxilia nas capacidades intelectuais dos alunos e no seu contexto cotidiano.

Consideramos que a escola é um dos principais espaços para refletir, ensinar e aprender sobre as diferentes etnias que formam a variedade de culturas de norte a sul do país. É a música, a dança, a culinária, a fala, a literatura, a forma de se vestir, os costumes e tantos outros aspectos que tornam esse povo tão diverso. Por isso, é de extrema relevância que os textos selecionados para o ensino de língua portuguesa, independente da série, explorem temáticas que possibilitem a discussão acerca da origem e da influência de povos como os negros e os índios na construção do país. E um dos instrumentos que mais faz circular textos na sala de aula é o livro didático. Logo, a coletânea de textos presentes nele deve contribuir para refletir sobre a identidade e diversidade cultural.

Candau (2008) trata sobre a interculturalidade, justificando a sua relevância e assinalando alguns desafios que considera de importância para trabalhar as relações entre educação intercultural e direitos humanos. A perspectiva intercultural defendida pela autora valoriza:

[...] uma educação para o reconhecimento do “outro”, para o diálogo entre os diferentes grupos sociais e culturais. Uma educação para a negociação cultural, que enfrenta os conflitos provocados pela assimetria de poder entre os diferentes grupos socioculturais nas nossas sociedades e é capaz de favorecer a construção de um projeto comum, pelo qual as diferenças sejam dialeticamente integradas (CANDAU, 2008, p. 52).

Em outras palavras, a interculturalidade, no que diz respeito ao campo educacional, está representada por meio de estratégias, de propostas didáticas ou de metodologias voltadas a promover o diálogo entre as diferentes formações socioculturais.

Sabe-se que a pluralidade cultural é um dos temas transversais sugeridos pelos Parâmetros Curriculares Nacionais para o ensino de língua portuguesa. Nesse sentido, entende-se que trabalhar a questão da interculturalidade na escola desde os anos iniciais ajuda a combater a discriminação, incentiva o respeito pelas diferentes culturas, assim como promove o intercâmbio entre elas, produzindo novos sentidos e ampliando os conhecimentos e as noções de responsabilidade e de solidariedade. São questões como essas e a necessidade de resgatar e/ou de legitimar as diferentes culturas que integram parte da formação do brasileiro e motivaram a instituição da Lei 11.645/08.

2.3 As ponderações voltadas para o espaço pedagógico como perspectiva para a concretização dos trabalhos da cultura afro-brasileira nas escolas

Reitera-se que a interpretação e materialização das Leis nº 10.639/03 e nº 11.645/08 não podem vir desacompanhadas do entendimento das políticas neoliberais implantadas, principalmente após 1990. Isto ocorre porque a elaboração de uma legislação não significa que a mesma será aplicada no cotidiano da escola uma vez que ela traz intrínsecos os condicionantes políticos, econômicos e ideológicos que a determinam. Para Vieira (2002) as “inovações” trazidas para escola, por meio de alguns documentos como, por exemplo, a LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9394/96), que posteriormente fez nascer as Leis nº 10.639/03 e nº 11.645/08.

Isto se evidencia à medida que assistimos a universalização do ensino por meio de um discurso onde todos devem ser iguais, não importando as suas diferenças e alteridades. Nesta análise indagamos: até que ponto a universalização do ensino e inclusão de todos, anunciadas nos aspectos legais das últimas décadas, não estão anulando as diferenças que constituem a sociedade brasileira? Indo mais além, ao considerar todos iguais, não se estaria evitando conflitos, desencontros, alteridade? Canem (2000) vem ao encontro dessa análise ao afirmar que devemos desconfiar do discurso contemporâneo sobre a tolerância às diferenças. Isso porque o que pode estar em jogo é a “adaptação” encaixe dos “diferentes” ao modelo hegemônico, não importando a violência exercida sobre as diversas culturas e etnias.

Na contramão do engodo ainda presente em muitas práticas escolares no que competem às relações étnico-raciais nas práticas pedagógicas é que se pretende legar este estudo a todos os envolvidos com a construção de uma escola menos excludente. Diante do exposto, questiona-se: como pensar a formação de professores no que se refere ao entendimento dos conceitos étnico-raciais? Ao encontro da indagação, Aguiar (2001) adverte ser necessária a estrutura de cursos com currículos menos fragmentados, onde as disciplinas não apareçam sobrepostas e hierarquizadas, ou seja, como se a prática pudesse acontecer separada de uma teoria. A formação dos professores precisa contemplar temáticas voltadas as relações étnico-raciais, isto porque os egressos dos cursos de licenciaturas, que tem como base a docência, atuarão em espaços escolares e não escolares.

É a partir dessa formação que não se limita a uma atividade prática, porque ela deve se constituir tanto prática quanto teórica, ou ainda, momento de apropriação de conhecimentos científicos a respeito das questões educacionais, pois é fundamental uma formação que possibilite aos futuros profissionais docentes uma base que os auxiliará no

decorrer do seu trabalho educacional, já que é durante a formação inicial e continuada, que se tem início a formação da identidade do professor:

A formação inicial é o começo da busca de uma base para o exercício da atividade docente que deve assentar-se em concepções e práticas que levem a reflexão, no sentido de promover os saberes da experiência, conjugados com a teoria, permitindo ao professor uma análise integrada e sistemática da sua ação educativa de forma investigativa e interventiva. (BARREIRO, 2006, p. 22).

Ao se ter clareza sobre a importância da formação inicial pautada em discussões teóricas e práticas é que se pode pretender a construção ou reorganização do espaço pedagógico voltado para as questões mais dinâmicas da sociedade humana. Para dar suporte a esta ideia, aponta-se alguns elementos inovadores para novas práticas pedagógicas no que se refere as temáticas étnico-raciais. Entre estes elementos destacam-se o Projeto Político Pedagógico, a Avaliação e o Currículo.

Quanto ao Projeto Político Pedagógico-PPP visto como um documento norteador das práticas e ações realizadas nas instituições escolares, afirma-se que ele possui uma intencionalidade, tornando-se a identidade das instituições de ensino. Sendo considerada a identidade da escola, o PPP busca um rumo, uma direção, e é um compromisso definido coletivamente com a formação do cidadão crítico e político no sentido de reconhecer as relações de poder, mas não render-se a elas:

Neste sentido é que se deve considerar o Projeto Político Pedagógico como um processo permanente de reflexão e discussão dos problemas da escola, na busca de alternativas viáveis a efetivação de sua intencionalidade, que não é descritiva ou constativa, mas é constitutiva. Por outro lado propicia a vivência democrática necessária para a participação de todos os membros da comunidade escolar e o exercício da cidadania. (VEIGA, 2003, p. 13).

É com base nestes critérios que o PPP da escola é “político”, por estar estritamente relacionado com a sociedade, com os interesses reais da população, que tem compromisso com a formação do cidadão para determinada sociedade. “Pedagógico”, no sentido de “definir as ações educativas e as características necessárias às escolas de cumprirem seus propósitos e sua intencionalidade” (VEIGA, 2003, p. 13). Aqui o político e o pedagógico são indissociáveis de maneira que o Projeto Político Pedagógico deve ser considerado um processo constante, e de reflexão dos problemas vivenciados pelas instituições de ensino, além de possibilitar a busca de alternativas para efetivar uma real intervenção nas práticas discriminatórias ainda existentes.

É necessário que o PPP supere os conflitos, buscando eliminar as relações competitivas, autoritárias, rompendo com a rotina de autoritarismo, e a burocracia existente no interior da escola. É a partir deste planejamento que se processam a discussão sobre a alteridade, ou seja, o direito de cada pessoa identificar-se em sua cultura. Nele estão definidas as finalidades e necessidades dos alunos, professores, funcionários e comunidade escolar. Por isso não deve ser entendido como um processo simples e acabado, mas sim em constante construção, tendo em vista que na contemporaneidade, algumas práticas precisam ser revistas e velhos paradigmas modificados. Para sua construção, há que ficar claro a concepção de homem que se tem e que tipo de cidadão se pretende formar: um homem crítico, participativo, reflexivo, compromissado, responsável, criativo e atuante nas práticas diárias.

Outro aspecto que precisa ser contemplado no PPP é a avaliação. Se recorrermos aos aspectos históricos, percebe-se que as questões étnico-raciais foram marcadas por discriminação e violência em nome de um modelo posto como único e natural. A avaliação tem sido utilizada como forma de classificação ou de diagnóstico. Esse processo deveria ser utilizado como um momento dialético do processo para avançar no desenvolvimento, no crescimento do aluno, no que compete aos desafios que a vida lhe coloca, enfim um encorajamento. Pelo contrário, avaliação desempenha um papel significativo para um modelo disciplinador e autoritário:

A avaliação vem sendo feita, autoritária, meramente classificatória, só para constatar e não para intervir, ela acaba comprometendo mesmo a concretização do projeto (...) o professor acaba usando a avaliação como uma forma de controle, de poder, como uma forma de coerção, em sala de aula. (LUCKESI, 2005, p. 35).

A avaliação precisa ser repensada no interior da escola como processo democratizador independente da raça, cor, favorecendo o desenvolvimento da capacidade dos alunos na apropriação do conhecimento científico social e tecnológico. Enfim, ela é o resultado do processo coletivo de tomada de decisões diagnóstica, contínua e quantitativa. Este conjunto caracteriza a parte fundamental do processo de ensino aprendizagem.

Ainda como forma de reorganizar o espaço pedagógico julga-se fundamental que o currículo seja revisto a fim de tornar-se instrumento na revelação das relações de poder ainda existentes. Isto porque o currículo implica na interação entre os sujeitos com mesmo objetivo. Se considerar que as Leis nº 10.639/03 e nº 11.645/08 indicam a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena no sistema público e particular brasileiro vê-se ainda uma distância considerável na sua definição enquanto política aplicativa na escola.

Neste caso, tem-se assistido ações superficiais que se definiram a partir das referidas leis, que não superam as relações de desigualdade firmadas por séculos em nossa história. Por isso defende-se que preparar um currículo reflexivo vai muito mais além do que comemorações fragmentadas, onde quase sempre as questões étnico-raciais são “ridicularizadas” e “simplificadas” em mostra de músicas e comidas típicas.

Diante do desafio posto, ou seja, organizar um currículo que almeje as discussões de forma aprofundada sobre as questões étnico-raciais, reafirmou a necessidade de estudo ainda tão banalizada nesta área. Ademais, o currículo não pode ser separado do contexto social, por ser historicamente situado e culturalmente determinado, pois o mesmo expressa uma cultura.

Currículo é uma construção social do conhecimento, pressupondo a sistematização dos meios para que esta construção se efetive; a transmissão dos conhecimentos historicamente produzidos e as formas de assimilá-los, portanto, produção, transmissão e assimilação são processos que compõem uma metodologia de construção coletiva do conhecimento escolar, ou seja, o currículo propriamente dito. Neste sentido, o currículo refere-se a organização do conhecimento escolar. (VEIGA, 2003, p. 26).

Estes aspectos mencionados anteriormente trazem consigo grandes mudanças nos paradigmas da escola, e na concepção de Projeto Político Pedagógico. E, portanto, no modo de conceber as relações étnico-raciais, rompendo velhos paradigmas construídos ao longo da história. Para que ocorra esta mudança, é necessário começar pela própria escola, propiciando situações que permitam que os sujeitos envolvidos neste processo educativo, aprendam a pensar e a realizar o fazer pedagógico de forma coerente.

Julga-se que é por meio deste e de outros elementos que pode-se construir uma escola como espaço de resistência e de democracia no sentido de romper a dicotomia entre teoria e prática, entre o fazer e o pensar, implica em uma participação dos representantes dos diferentes segmentos da escola nas decisões e ações que são desenvolvidas na instituição.

3. METODOLOGIA

Este trabalho consiste em uma pesquisa qualitativa, realizada durante o ano de 2017, na cidade de São Bernardo-MA, com base em três etapas que contemplaram estudos bibliográficos que abordam as leis 10.639/03 e 11.645/08, aplicações de questionários abertos com alunos e professores do Instituto Cônego Nestor de Carvalho Cunha, e análise crítica, correlacionando com a fundamentação teórica. Para Malhotra (2006), o objetivo da pesquisa qualitativa é compreender as razões qualitativas do estudo realizado, ou seja, é uma compreensão inicial do problema estudado.

Quanto ao perfil dos professores entrevistados, apresentavam etária de 30 a 39 anos, com graduação e pós-graduação em Letras, participaram de cursos e oficinas de aperfeiçoamento relacionados à temática da pesquisa.

Contextualizando a promulgação das leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, começa o debate que levará esta pesquisa a reflexão de todos os âmbitos e configurações dos envolvidos nas problemáticas educacionais.

Com as respostas dos alunos entrevistados, foi realizada uma análise de conteúdo a fim de encontrar e identificar aspectos com significados temáticos extraindo elementos de forma mais simples através da frequência de termos, palavras e ideias centrais dos alunos entrevistados. Assim essas frequências são utilizadas para medir o peso atribuído a determinado assunto.

É, portanto, uma abordagem descritiva de conteúdos implícitos, que constrói um conjunto de procedimentos e técnicas objetivas da descrição sistemática e qualitativa das manifestações de conteúdos temáticos. A análise de conteúdo foi realizada no software IRAMUTEQ (LOUBERE; RATINAUD, 2014). Este software propõe um conjunto de estatística que contribui para análise descritiva do *corpus* textual, incluindo a frequência das palavras, com finalidade comparativa, relacional das produções textuais dos alunos.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com a entrevista pode-se perceber que todos os professores entrevistados tem noção básica sobre o assunto em questão, lei 11.645/08, tendo como obstáculos a falta de recursos da secretaria de educação para obtenção de materiais didáticos para trabalhar sobre a referida lei em sala de aula. Utilizando apenas da criatividade dos professores para conseguir textos, poemas para enriquecer seus conhecimentos acerca desse assunto para melhor repasse aos alunos:

A formação inicial é o começo da busca de uma base para o exercício da atividade docente que deve assentar-se em concepções e práticas que levem a reflexão, no sentido de promover os saberes da experiência, conjugados com a teoria, permitindo ao professor uma análise integrada e sistemática da sua ação educativa de forma investigativa e interventiva. (BARREIRO, 2006, p. 22).

Sendo a capacitação dos professores e falta de materiais didáticos o foco da implantação da lei 11.645/08 dentro da sala de aula, onde também foi relatada a questão do preconceito vindos da própria comunidade em que as crianças estão inseridas, dificultando a inserção dentro da escola. Pois é um assunto de frequente discussão, porém, poucos sabem de sua importância e valorização. Podem-se notar algumas considerações salientadas por nossos entrevistados:

A mistura de raças contribui para formação de nossa identidade cultural, sobretudo na formação étnico-brasileira que se deu por meio de um processo contínuo, rico e diversificado, sendo marcante, por exemplo, na literatura, na língua falada, no vocabulário, na música, na dança, na alimentação, na religião, no vestuário e na ciência. (BRASIL, 2011).

Os professores entrevistados, ao serem indagados sobre a importância da inserção lei 11.645/08 dentro da sala de aula, se mostravam a favor. Pois sabem de importância para a sociedade em geral, pois nem todos os alunos tem acesso a informações adequadas sobre a temática História e Cultura Afro-Brasileira, a escola não tem infraestrutura, não dispõe de profissionais adequados para falar sobre tal assunto. Porque a partir desta pesquisa nem todos atuam na área de sua formação. Sendo que a escola só trabalha esse assunto na data

comemorativa, por meio de apresentações dos próprios alunos e discursos acerca do tema exaltando sua importância.

Objetivando o mesmo foco abordado, entrevistaram-se também alunos desta mesma escola, podendo ressaltar que todos os entrevistados já estudaram sobre a História e Cultura Afro-Brasileira atualmente e em series anteriores, sendo principalmente nas disciplinas de português e historia. Apenas um entrevistado disse que não é importante estudar sobre a temática, o restante afirmou que é importante o estudo sobre o tema abordado, pois disseram que é imprescindível conhecer mais sobre a Cultura Afro-Brasileira, a importante e sua valorização.

A utilização de linguagens diferenciadas pode levar o aluno a um processo de aprendizagem mais interativo, prazeroso, que tenha significado, que lhe dê condições de se posicionar criticamente frente a questões e problemas que a sociedade traz. Enfim, trabalhar os processos iconográficos da história em sala de aula é um caminho fascinante que pode se multiplicar em infinitas formas e possibilidades, sendo uma importante fonte de pesquisa para compreensão da história. (LITZ, 2009, p. 6-7).

Quando indagados a respeito do seu entendimento sobre Consciência Negra, eles têm uma maneira particular sobre o que seja, tendo uma visão acerca do tema citado neste trabalho. Muitos seguiram o raciocínio sobre raça e sua cor, outros falaram sobre os costumes, crença, modo de vestir, com opiniões um pouco dispersas ao que foi solicitado, o mais importante é que eles têm uma opinião formada à qual pode ser moldada com orientações corretas.

Ao serem questionados se a escola trabalha com palestras voltadas a História e Cultura Afro-Brasileira afirmaram que só falam sobre o assunto em questão no dia da Consciência Negra, e ressaltam que deveria ser falada não somente na data comemorativa, mas no decorrer do ano letivo. Foi falado em algumas aulas a respeito da valorização do tema abordado, tirando duvidas dos alunos fazendo com que eles possam conhecer não somente a historia, a identidade, miscigenação da cultura Afro-Brasileira.

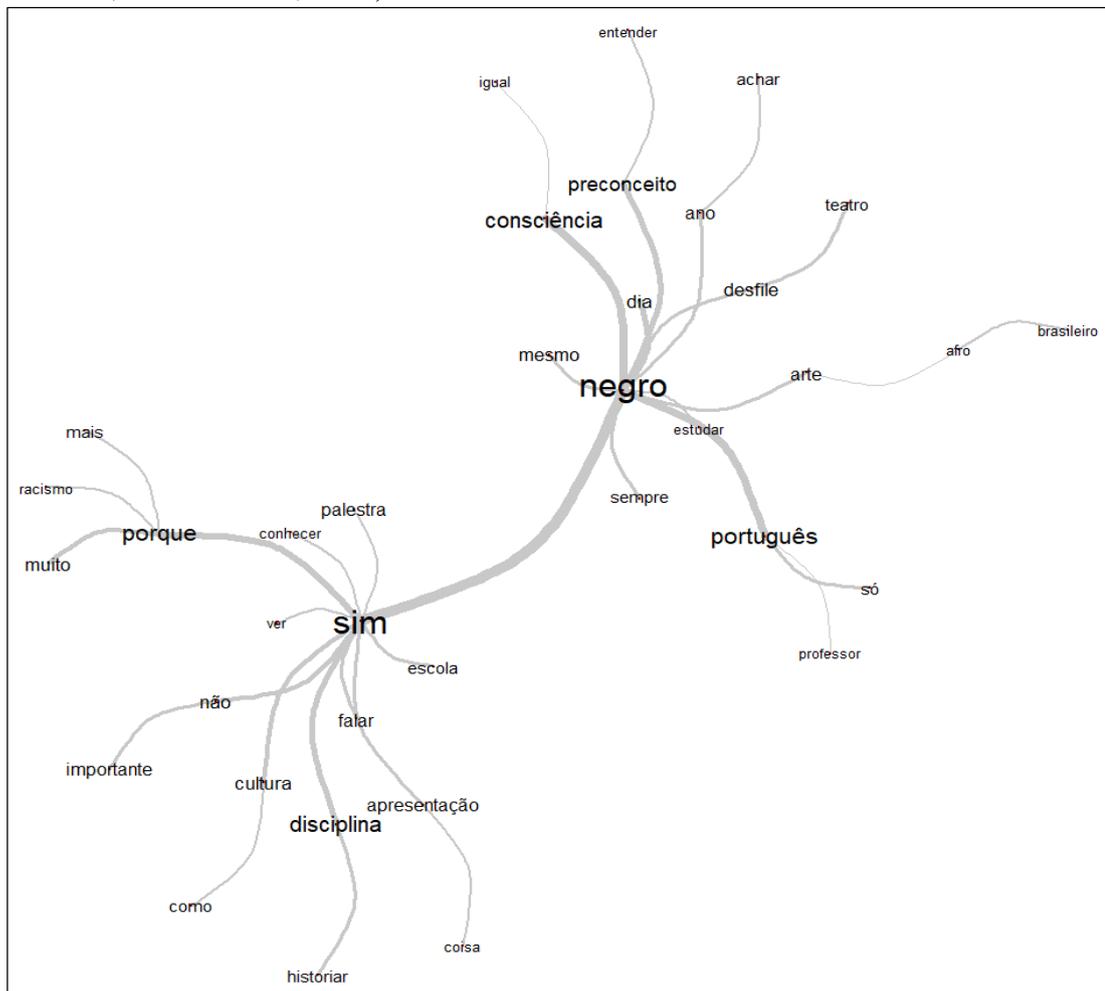
Conhecer, respeitar, preservar, e mais importante, viver a consciência negra. Sabendo das dificuldades de para difundir, preservar, e fazer conhecida e valorizada. Foi um questionário divisor de águas, onde se observou que um tema frequente, onde no decorrer de nossa vida estudantil foi conhecida. Outro mecanismo utilizado para análise das entrevista com alunos, especificamente, foi a análise de similitude e a nuvem de palavras.

A análise de similitude realizada no software IRAMUTEQ (LOUBERE; RATINAUD) (Figura 1) que proporciona uma análise de frequência entre as respostas dos

entrevistados, possibilitando resultados de indicativos da conexidade entre as palavras, auxiliando na identificação da estrutura representada pelos sujeitos. Diante da representação, notam-se palavras fixadas em uma área central e outras em áreas periféricas.

Cada área apresentou um conjunto de palavras mais frequentes nas respostas dos alunos. As palavras com maior frequência foram: “sim” e “negro”, assumindo assim, o papel de palavras centrais (Figura 1).

Figura 1. Conexidade das palavras dos alunos sobre a temática “História e Cultura Afro-Brasileira” com base na análise de similitude realizada pelo software IRAMUTEQ (LOUBERE; RATINAUD, 2014).



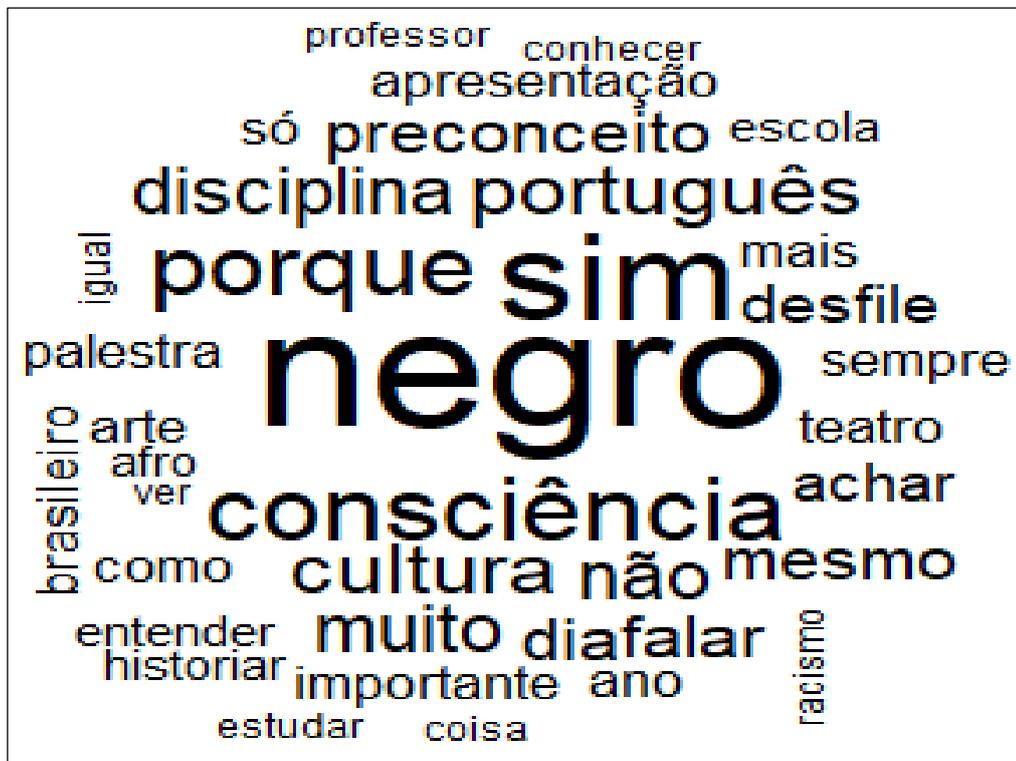
Estas palavras centrais são as que mais se destacaram nas respostas dos alunos, de acordo com as questões do formulário. A palavra “SIM” foi uma das palavras centrais, onde os alunos abordaram ter conhecimento do tema. Esta palavra, apresentou ainda, várias outras ramificações de palavras como “disciplina”, “palestras” e “cultura”. A partir dessa conexidade, entende-se que todos os alunos externaram seu conhecimento a respeito dos

indagações da pesquisa, enfatizando que a “cultura” do negro deveria ser mais bem realçada dentro das “disciplinas” curriculares, através de palestras e outras formas de discussões, pois a disciplina que estes alunos destacaram como a que aborda sobre o assunto foi a de Língua Portuguesa.

A palavra central “NEGRO”, elenca ramificações de palavras, como “preconceito”, “consciência”, “português”, entre outras. Nesta análise, observa-se também que os alunos compreenderam a temática desenvolvida, nos fragmentos textuais eles descreveram a importância da inserção da vida e cultura dos negros, no seu contexto educacional. De acordo com as respostas, a palavra “preconceito” foi frequente nas entrevistas, contudo, que este assunto precisa ser discutido seguramente na sala de aula.

A nuvem de palavras (Figura 5) gerada pelo IRAMUTEQ (LOUBERE; RATINAUD, 2014) organiza a frequência das palavras. Os vocábulos mais frequentes nas respostas produzidas pelos alunos aparecem em tamanhos maiores, destacando “negro”, “sim”, “porque”, e “consciência”.

Figura 5. Nuvem de palavras gerada pelo IRAMUTEQ (LOUBERE; RATINAUD, 2014) com as representações sobre temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, a partir de entrevista com alunos.



A partir da análise da nuvem de palavras, pode-se observar que os alunos tem entendimento da história do negro e o dia da consciência negra, a maioria deles enfatizam sobre a importância da cultura afro-brasileira, e através de algumas disciplinas.

Os alunos apontaram que na escola algumas vezes acontecem palestras, teatros e desfiles, para apresentar e integrar conhecimento e desenvolvimento sobre a cultura negra. Alguns dos alunos acreditam que este assunto deva ser mais discutido e mais trabalhado dentro de temas como o racismo, e as diversas nuances que norteiam o termo afro-brasileiro.

Considerando todas as entrevistas (alunos e professores), percebe-se que é um tema frequente na escola, mas que precisa ser trabalhado de forma sistemática e pontual para promover a sensibilização sobre esta abordagem, não somente em datas comemorativas, mas que reflita na mudança de comportamento, no que se refere ao combate a todas as formas de preconceito.

Para que se faça conhecer e respeitar. Vale ressaltar que o resultado dessa pesquisa apresenta alguns índices, sendo que no local da pesquisa de campo, em São Bernardo-MA, só existem projetos em sua data comemorativa, todavia, observou-se o interesse dos alunos para se trabalhar esse assunto em todo ano letivo.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao anunciarmos o encerramento do texto, reitera-se a importância da pesquisa e do debate acerca das questões étnico-raciais. Pretende-se que os educadores visualizem a importância e os avanços obtidos a partir da configuração das Leis nº 10.639/03 e nº 11.645/08, mas que eles também percebam que as aprovações das mesmas não garantem o fim de ações de exclusão na escola. Por isso é preciso pensar na reorganização do espaço pedagógico e isso ocorrerá à medida que no Projeto Político Pedagógico forem contemplados a concepção de currículo, avaliação e de homem que se quer construir a partir de práticas pedagógicas menos excludentes.

É necessário que a metodologia utilizada pelo professor, coerente com a temática abordada, possibilite a compreensão do assunto apresentado. Por isso, Marcon (2007, p. 20) “os conteúdos de história da África e cultura afro-brasileira também podem ser trabalhados com uma infinidade de expressões comunicativas que ultrapassam a aula expositiva e o uso do livro didático”.

Trabalhar com o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana requer do docente muita criatividade e criticidade na escolha do material, para não reproduzir, o racismo. Trabalhar com imagens é uma boa alternativa, mas a oralidade, os textos e a música também possibilitam maior envolvimento e interesses dos alunos. Esta reorganização também depende da formação inicial e continuada a ser oferecida aos profissionais da educação.

Entende-se que o objetivo da pesquisa foi idealizar a implantação do estudo sobre a lei 11.645/08 dentro da sala de aula, enfatizando a formação dos professores como alvo para divulgação, explicando a importância de abordar esse tema dentro das escolas.

Julga-se que é por meio deste e de outros elementos que poderemos construir uma escola como espaço de resistência e de democracia no sentido de romper a dicotomia entre teoria e prática, entre o fazer e o pensar, implica em uma participação dos representantes dos diferentes segmentos da escola nas decisões e ações que são desenvolvidas na instituição.

Depois da realização do presente estudo é possível afirmar que o olhar dos profissionais da educação, com relação à educação das relações étnico raciais, ocorre de forma pouco articulada, isolada e pontual na escola Cônego Nestor de Carvalho. A partir do

declarado nas entrevistas aplicada com os docente e discentes, podem-se apontar alguns caminhos para realmente efetivar a lei em questão, direcionados aos problemas estruturais do sistema educacional e urgentes e paralelos a qualquer mudança no cotidiano escolar. Considerar apenas o fazer do professor não é suficiente. A questão é maior, requer ordená-la na sua totalidade considerando os aspectos internos e externos da unidade escolar, à qual o professor está vinculado:

Para tanto, há necessidade, como já vimos, de professores qualificados para o ensino das diferentes áreas de conhecimentos e, além disso, sensíveis e capazes de direcionar positivamente as relações entre pessoas de diferente pertencimento étnico-racial, no sentido do respeito e da correção de posturas, atitudes, palavras preconceituosas. Daí a necessidade de se insistir e investir para que os professores, além de sólida formação na área específica de atuação, recebam formação que os capacite não só a compreender a importância das questões relacionadas à diversidade étnica racial, mas a lidar positivamente com elas e, sobretudo criar estratégias pedagógicas que possam auxiliar a reeducá-las (BRASIL, 2005, p. 17).

Em tempo de implementação da educação das relações étnico-raciais na Educação Básica, é preciso que se ofereça formação continuada a todos os professores mas é preciso também políticas públicas que viabilizem programas de formação continuada não só para o corpo docente, mas para o setor administrativo, de nutrição, como também para os funcionários que atuam na segurança, na portaria e na jardinagem da escola. É necessário um maior investimento para poder vencer os preconceitos arraigados nas práticas docentes e nos agentes escolares.

Portanto, as práticas pedagógicas relacionadas à implementação do ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, ainda devem ser aprimoradas para que provoquem efeitos significativos na sociedade, assim é fundamental que desde o planejamento escolar, se priorize esta temática, com intuito de dinamizar o processo de ensino, e assegurar uma formação embasada no respeito as diferenças culturais.

REFERÊNCIAS

ABRAMOWICZ, Anete. *Trabalhando a diferença na educação infantil*. São Paulo: Moderna, 2006.

BARREIRO, Iraide Marques de Freitas. **Prática de Ensino e Estágio Supervisionado na Formação de Professores**. São Paulo: Avercamp, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília-DF, 2005.

_____. **Marcos Legais da Educação Nacional**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2007.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Fundamental**. Brasília: Ministério da Educação/ Secretaria de Educação Média e Tecnológica, 1999.

_____. Parecer CNE/CP 3/2004, aprovado em 10/3/2004. **Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**, Brasília, DF, junho, 2005.

_____. **MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**. Diretrizes curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de história e Cultura Afro- Brasileira e Africana p. 40. Parecer CNE/CP 3/2004, 10 de março de 2004.

_____. Ministério da Educação. Grupo de Trabalho Interministerial. **Contribuições para a Implementação da Lei 10639/2003: Proposta de Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação das Relações Etnicorraciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana – Lei 10639/2003**. Brasília, 2008.

_____. Ministério da Educação. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações Etnicorraciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana**. Brasília: MEC, [s.d.]. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/>> Acesso em: 15/12/2017.

CANDAU, Vera Maria (Org). **Multiculturalismo e educação: desafios para a prática pedagógica**. Petrópolis: Vozes, 2008.

CERTEAU, Michel de. **A cultura no plural**. Tradução de Enid Abreu Dobránszky. Campinas: Papirus, 1995.

CURY, C. R. J. (2000). **A educação como desafio na ordem jurídica**. In E. M. T. Lopes, L. M. de F. Filho, & C. G. Veiga (Eds.), *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte, MG: Autêntica.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Direito à educação: Direito à Igualdade, Direito à Diferença.** Cadernos de Pesquisa, n° 116, p. 245-262 julho, 2002.

FONSECA, Selva Guimarães. **Didática e prática de ensino de História:** Experiências, reflexões e aprendizados. Campinas, SP: Papirus, 2003.

_____. **Didática e Prática de Ensino de História.** CampinasSP: Papirus, 2006.

HEDEGAARD, Mariane. **How instruction influences children's concepts of evolution. Mind, culture and activity.** Arhus, v. 3 n. 1 p. 11-24, 1996.

Lei nº 10639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 9 jan. 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10639.htm> Acesso em: 15/12/2017.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática.** São Paulo: Cortez, 1992.

LIBÂNEO, José Carlos, ALVES, Nilda (org.) **Temas de Pedagogia diálogos entre didática e currículos,** São Paulo: Ed. Cortez; 1ª edição, 2012.

LIBÂNEO, José Carlos; DE OLIVEIRA, João Ferreira; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação Escolar: Políticas, estrutura e organização.** 2ª Ed, Editora Cortez, 2005.

LITZ, Valesca Giordano. **O uso da imagem no Ensino de história.** Universidade Federal do Paraná, Caderno Temático do Programa de Desenvolvimento Educacional do Estado do Paraná–PDE. Curitiba, PR. 2009. Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1402-6.pdf>> Acesso em: 2013-06-03.

LOPES, Ana Lúcia. Currículo, escola e relações étnico-raciais. In: Curso **Educação Africanidades no Brasil:** MEC, 2006.

LOUBERE, L; RATINAUD, P. (2014), Documentation Iramutec,. Disponível em: http://www.iramutec.org/documentation_19_02_2014.pdf> Acesso em: 11/12/17.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **A Avaliação da Aprendizagem na Escola:** Reelaborando Conceitos e Recriando a Prática. 2 ed. Salvador: Mala bares, 2005.

REIS, Rosani Clair da Cruz. Leitura Imagética, Relações Étnico-raciais e Formação de Professores de Línguas. In: CASTILHO, Maria Roseli; FERREIRA, Aparecida de Jesus (org). **Formação de Professores de Línguas: investigações e intervenções.** EDUNIOESTE. Cascavel, 2009.

SANTOS, Isabel Aparecida dos. **A responsabilidade da escola na eliminação do preconceito racial: alguns caminhos.** In: CAVALLEIRO, Eliane (org). **Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola.** São Paulo: Selo Negro, 2001.

SASTRE, Edilberto. **Panorama dos estudos sobre violência nas escolas no Brasil: 1980–2009.** Disponível em: <<http://portaldoprofessor.mec.gov.br/storage/materiais/0000015503.pdf>> Acesso em: 2013-03-08.

SILVA, Ana Célia. A Desconstrução da Discriminação no Livro Didático. In: MUNANGA, Kabengele. **Superando o racismo na escola.** [Brasília]: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), 2005.

SOUZA, Marina de Mello e. Algumas impressões e sugestões sobre o ensino de história da África. **Revista História Hoje**, v.1, 2012. Disponível em <<http://rhhj.anpuh.org/ojs/index.php/RHHJ/article/view/3>>. Acesso em 18/02/2013.

VEIGA, Ilma Passos de A. **Projeto Pedagógico da Escola** (..) S.P: Papyrus, 2003.

ANEXOS

ANEXO A – CORPUS TEXTUAL

RESPOSTA DOS ALUNOS ENTREVISTADOS****** * ind_1 *sex_M**

Sim, atualmente, também em português, filosofia, artes e ensino religioso. Sim, porque temos que ter consciência do passado e acabar com o preconceito. Que é muito importante para combater o racismo. Não muito, somente no dia da consciência negra.

****** * ind_2 *sex_F**

Sim, acho que no 7º ano, mas atualmente não estudo. Não porque o mais importante à gente estudar é português e matemática. É um dia para se pensar sobre aquelas pessoas negras, porque assim haverá sempre racismo. Não, mas acho que precisava sim, ter palestras na escola porque acho isso muito importante.

****** * ind_3 *sex_F**

Sim, mas esse ano não, só teve mesmo uma pequena apresentação da consciência negra, só uma professora de que aborda esse assunto nas disciplinas de língua portuguesa. Sim, eu acho importante, mas os professores não trabalham muito, eu acho que eles poderiam conversar mais sobre isso, porque é um assunto bem polêmico. E até mesmo trabalhar com o racismo. Eu acho muito interessante tipo, esse ano teve teatro, desfile e devemos fazer um protesto nas ruas, ou mesmo um teatro. Às vezes quando é a data da consciência negra, eles fazem umas palestras, apresentações de teatro e desfiles.

****** * ind_4 *sex_F**

Sim, vi na disciplina de português, a professora falou um pouco sobre a cultura afro brasileira. Sim, para a gente saber mais sobre a cultura, só assim as pessoas iram respeitar mais a cultura afro brasileira. Que a consciência negra é possa combater o preconceito de mostrar para as pessoas que somos todos iguais. Sim teve apresentações, palestras e varia outras coisas nos mostrando o significado da consciência negra.

****** * ind_5 *sex_F**

Na disciplina de português faz algumas atividades, arte conta sua história. Sim, os negros sempre foram excluídos da sociedade só porque é negro, mas a minha cor não define quem eu sou, as pessoas buscam paz, mas elas têm preconceito da cor, como vamos ter paz. Entendo que devemos ter conhecimento e praticar também a cultura deixada pelos negros, às vezes.

**** * **ind_6** *sex_F

Sim, vemos pouco da cultura negra na disciplina de português. Sim para conhecer um pouco sobre a história e todos. É o dia de todos os negros que se libertaram. Sim vimos teatro neste ano, a escola fez um projeto com os alunos que apresentaram o dia da consciência negra com o desfile.

**** * **ind_7** *sex_F

Sim, as histórias de como os africanos viviam a sua cultura e seus vestuários, as danças, as artes dos negros e poesia. Sim porque conhecemos um pouco de como era suas vidas sua cultura brasileira, afro-brasileira em que estudamos e em que aprendemos a conviver com os negros na nossa sociedade. A consciência negra se refere a entender um pouco melhor suas vidas e sua maneira de ser, sobre a consciência negra refere-se para que todos nós pare com o preconceito e entender que somos todos iguais. Sim, as palestras sobre como eles vivem nas suas culturas e maneiras, falamos que somos todos iguais.

**** * **ind_8** *sex_M

Me lembro que foi só no oitavo ano na disciplina de língua portuguesa. Sim, porque fala sobre a cultura. É importante porque a escola trabalha nisso, é muito bom para quem pratica, é muito legal falar sobre os negros. Sim trabalha, mas a um bom tempo não escuto nada sobre isso.

**** * **ind_9** *sex_F

Sim, na matéria de artes e português, fizemos uma apresentação e leituras. Sim, porque os negros sempre são excluídos das coisas, sempre nas atividades fica de lado, por ter pessoas que tem preconceito. Eu entendo muitas coisas, uma delas é que no mundo existe pessoas que botam o preconceito a cima de tudo, chingam pessoas sem ao mesmo as conhecer. Sim, a escola faz dramatização, leitura, resumindo uma apresentação bem legal.

**** * **ind_10** *sex_F

Estudamos nas disciplinas de história, nós desenvolvemos trabalhos, pesquisas, consciências sobre nós mesmos. Sim, porque é muito este estudo aprendemos mais e respeitamos uns aos outros. É comemorado no dia 20 de novembro que é o dia da consciência negra. Através de desfiles, palestras, história, artes disciplinas afro-brasileira.

**** * **ind_11** *sex_F

Sim, na disciplina de português com textos, tivemos poesia, desfiles de negros e negras, tivemos um evento da consciência negra, sempre falando que os negros e os brancos tem os mesmos direitos. Sim, para que possa abri a cabeça das pessoas com preconceito. É um dia

que serve para falar para as pessoas que brancos e negros tem os mesmos direitos. Sim, com eventos como desfile, teatros, musicas, textos, falando que todos temos o sangue do negro.

APÊNDICES

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CAMPUS SÃO BERNARDO
CURSO DE LINGUAGENS E CÓDIGOS

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado(a) participante,

Sou estudante do curso de graduação em Linguagens e Códigos/Língua Portuguesa na Universidade Federal do Maranhão - Campus de São Bernardo-MA. Estou realizando uma pesquisa intitulada “LEI 11.645/08, COM ÊNFASE NA HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA: UM CONFRONTO ENTRE DISCURSO E REALIDADE EM UMA ESCOLA PÚBLICA DE SÃO BERNARDO-MA” sob orientação do Prof. Me. Charlyan de Sousa Lima.

Sua participação nesta pesquisa é voluntária, e se você decidir não participar ou quiser desistir de continuar em qualquer momento, tem absoluta liberdade de fazê-lo.

Na publicação dos resultados desta pesquisa, sua identidade será mantida no mais rigoroso sigilo. Serão omitidas todas as informações que permitam identificá-lo(a).

Mesmo não tendo benefícios diretos em participar, indiretamente você estará contribuindo para a compreensão do fenômeno estudado e para a produção de conhecimento científico.

Mais informações, o(a) Sr.(a) poderá entrar em contato com o pesquisador Prof. Me. Charlyan de Sousa Lima (E-mail: charlyansl@yahoo.com.br. Fone: (98) 99191-8344).

Atenciosamente,

Kelly Cristina da Silva Garcia – Estudante

Matricula UFMA: 2013060331

Prof. Me. Charlyan de Sousa Lima – Orientador

Matricula UFMA: 2355186

CONSINTO EM PARTICIPAR DASTA PESQUISA.

Assinatura do participante

Local e data

APÊNDICE B – FORMULÁRIO DE PESQUISA I

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CAMPUS SÃO BERNARDO
CURSO DE LINGUAGENS E CÓDIGOS

QUESTIONÁRIO DIRECIONADO AOS DOCENTES

1. Disciplina (s) em que atua: _____
2. Série (s): _____ Idade: ____ anos Sexo: () Feminino () masculino
3. Trabalha há quanto tempo como professor: _____ anos Nesta escola: _____ anos
4. Quando concluiu seu curso/ Ano de formação: _____
5. Nível de Escolaridade:
 Graduação/Área de formação: _____
 Pós-graduação Mestrado Doutorado
6. Cursos ou oficina relacionado à temática da pesquisa:
 sim Qual ? _____
 não.
7. De que maneira você trabalha Lei 11.645/08 dentro da sala de aula?

8. A escola disponibiliza materiais didáticos para trabalhar com a Lei 11.645/08?

9. Quais as maiores dificuldades com a implantação da Lei 11.645/08 dentro da sala de aula?

10. Você acha que a temática Afro-Brasileira é importante de ser inserida em sala de aula? Percebe que os alunos precisam estudar a referida temática?

APÊNDICE C – FORMULÁRIO DE PESQUISA II

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CAMPUS SÃO BERNARDO
CURSO DE LINGUAGENS E CÓDIGOS**

QUESTIONÁRIO DIRECIONADO AOS DOCENTES

1. Série em que estuda: _____ Idade: ____ anos Sexo: () Feminino () Masculino

2. Estuda a quanto tempo nesta escola: _____ anos

3. Você se lembra de ter visto sobre História e Cultura Afro-Brasileira nas disciplinas em que estudou? E atualmente?

4. Você acha que a temática Afro-Brasileira é importante de se estudar? Por quê?

5. O que você entende por Consciência Negra?

6. A escola trabalha com palestras voltadas a História e Cultura Afro-Brasileira?
